

ASSOCIAÇÃO CRIOULAS EM
RESISTÊNCIA - CRIOULAS

Cartilha sobre

SALVAGUARDA AMBIENTAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA





o que é

SALVAGUARDA AMBIENTAL?

É um conjunto de ações para proteger as pessoas, a natureza e as tradições locais quando grandes obras chegam — como usinas de energia, estradas ou mineradoras.

Essas ações devem partir da vivência de quem mora ali e sente, no dia a dia, os impactos dessas obras.

A salvaguarda auxilia a planejar o futuro com respeito. Ela garante que qualquer projeto leve em conta os direitos, os saberes e os sonhos das comunidades tradicionais.

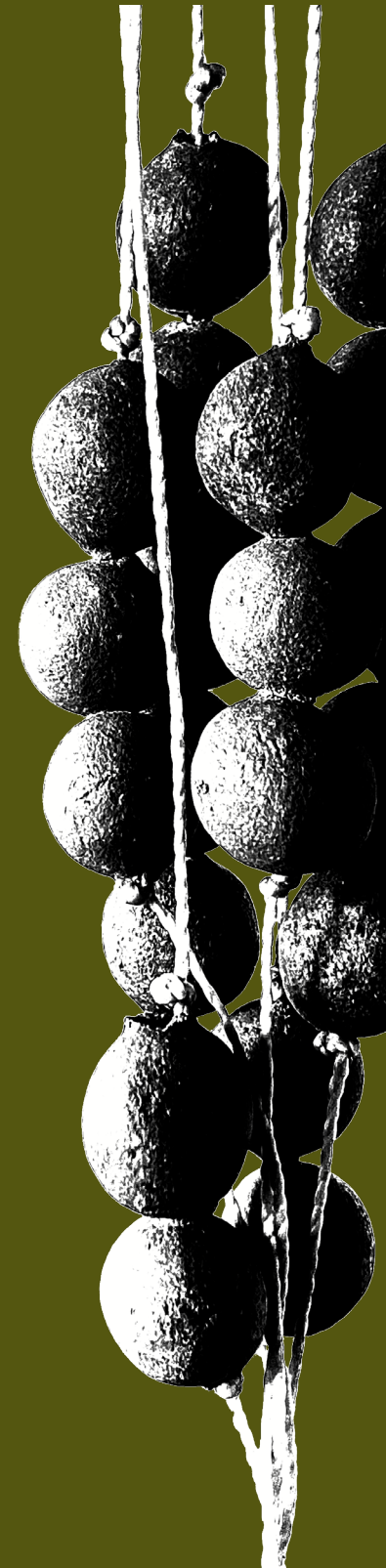
Isso quer dizer, por exemplo:

Evitar desmatamento

Cuidar dos animais

Garantir que a energia chegue aos moradores

Incluir mulheres, jovens e líderes nas decisões



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: SEGURANÇA PARA COMUNIDADES

É um jeito de garantir que a terra onde a comunidade vive seja reconhecida como dela por lei. Isso dá segurança para morar, plantar, criar os filhos e continuar vivendo no território sem medo de expulsão.

Com o título da terra, a comunidade também pode ter acesso a projetos do governo e fica protegida contra grileiros e pessoas que querem tomar a terra para ganhar dinheiro.

O título coletivo da terra e a marcação do território são muito importantes. Eles auxiliam a manter a cultura, os costumes e a vida.



Por que ter o documento da terra é importante?

- **Evita remoção à força:** ninguém pode tirar a comunidade do seu lugar.
- **Auxilia a conseguir crédito e serviços:** como luz, água, escola e saúde.
- **Reconhece a história e a luta do povo:** mostra que a comunidade tem identidade e valor.
- **Garante o futuro das crianças:** dá segurança para as próximas gerações.
- **Diminui brigas por terra:** evita conflitos com quem tenta tomar o território.



Quem são os DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS?

São pessoas, grupos ou comunidades que atuam na proteção de direitos fundamentais, como moradia, saúde, educação, terra e meio ambiente. No Brasil, são reconhecidos pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), do Ministério dos Direitos Humanos.

Incluem:

- Lideranças quilombolas e indígenas
- Comunidades tradicionais
- Advogados populares
- Ambientalistas
- Comunicadores e educadores

POR QUE OS DEFENSORES ESTÃO EM RISCO?

Desde muito tempo, povos tradicionais lutam para viver em paz nas terras onde sempre moraram.

Hoje, ainda existem muitos ataques contra quem defende seu território. Muitas vezes, o saber da comunidade é ignorado, e só vale o que os técnicos dizem. Isso é injusto.

Quem denuncia problemas como desmatamento, grilagem ou violência pode sofrer ameaças, porque mexe com os interesses de gente poderosa.

Os principais perigos são:

- Ameaças e violência de milícias e grupos armados
- Ser tratado como criminoso por defender a terra
- Brigas com empresas e grandes obras
- Ser malvisto por autoridades e pela mídia



O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES (PPDDH)

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) é realizado pelo Governo Federal e protege pessoas ameaçadas por lutar por justiça, natureza e direitos no Brasil.

Pode ser usado por defensores, comunicadores e ambientalistas.

O que o programa oferece:

- Auxílio para conversar com autoridades
- Apoio jurídico (com advogado)
- Medidas de segurança (até mudar de lugar, se for preciso)
- Apoio psicológico
- Mediação de conflitos com ajuda de redes locais



Como pedir ajuda:

- Formalizar um pedido junto à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Preencher um formulário com seus dados e explicar o risco
- Mostrar documentos que provem sua atuação
- O pedido pode ser feito pela pessoa ou por uma organização que a acompanha

EM PERNAMBUCO EXISTE O PEPDDH/PE

É a versão estadual do programa, feita pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Auxílios que o programa estadual pode dar:

- Equipamentos de segurança (na casa ou no grupo)
- Auxílio em dinheiro, se a pessoa não puder mais trabalhar
- Afastamento do trabalho com salário garantido (se for servidor ou militar)
- Apoio para resolver pendências com documentos ou obrigações
- Pode ser transferido para outro programa de proteção, o **PROVITA/PE** – Programa de Assistência a Vítimas, Testemunhas Ameaçadas e Familiares de Vítimas de Crimes

Em Pernambuco há o programa estadual de proteção de defensores de direitos humanos que é coordenado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Para entrar no programa estadual é preciso:

- Fazer o pedido por escrito
- Mostrar que você luta pelos direitos humanos
- Explicar como a ameaça está ligada à sua luta
- Concordar com as regras do programa

Quem pode fazer o pedido:

- O próprio defensor
- Um membro do grupo
- Quem foi ajudado pelo defensor
- Organizações, Ministério Público ou outro órgão que saiba do caso

Importante saber

Mesmo com os programas, ainda há problemas: falta de dinheiro, demora no atendimento e pouca informação.

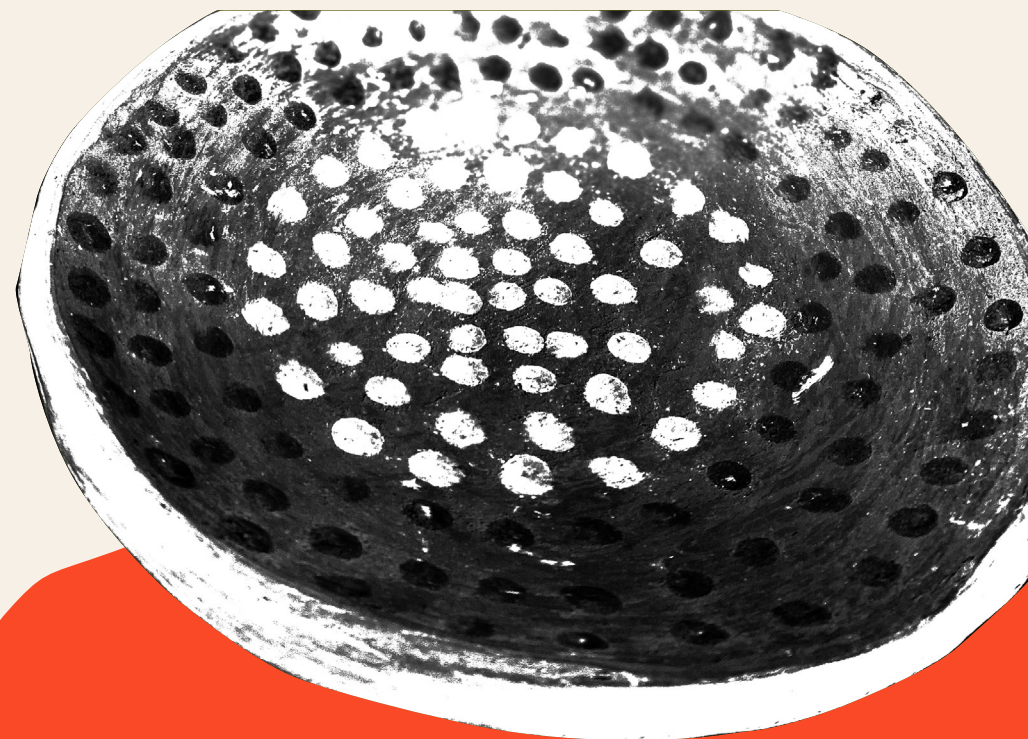
Por isso, é essencial fortalecer a rede de apoio, divulgar os casos e cobrar dos órgãos públicos mais compromisso.

ANÁLISE DE RISCO: COMO SE PROTEGER

A análise de risco é uma ferramenta essencial para planejar a segurança dos defensores. Serve para identificar ameaças, avaliar vulnerabilidades e planejar medidas preventivas.

Medidas de proteção:

- Não divulgar endereço e rotinas nas redes sociais
- Variar trajetos e horários de deslocamento
- Criar redes de apoio com outras comunidades e organizações
- Registrar ameaças por escrito, fotos ou vídeos
- Fortalecer a comunicação interna e a confiança no grupo



A força do grupo protege!

A atuação em grupo é uma forma de proteção. **Defensores que estão organizados e acompanhados enfrentam menos riscos do que aqueles que estão isolados.** Redes de apoio ajudam a denunciar ameaças, cobrar providências e garantir visibilidade nas lutas.

Dica: Faça um mapeamento da sua comunidade.

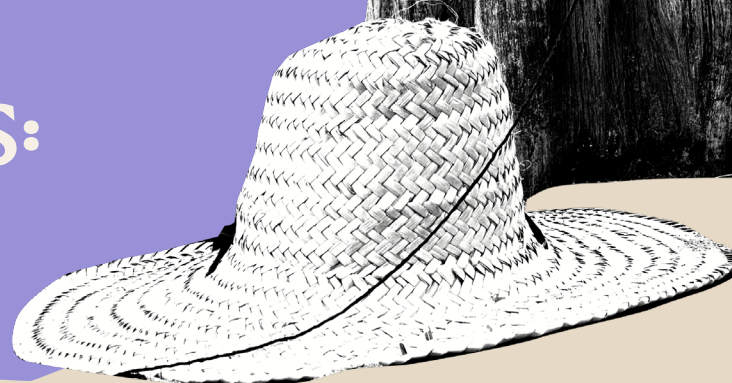
Quem são os aliados?

Onde estão os riscos?

Quem pode auxiliar em caso de ameaça?

Como manter a comunidade informada e mobilizada?

REFERÊNCIAS:



Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)

Lei nº 11.977/2009 (Programa MinhaCasa Minha Vida - regularização urbana)

Lei nº 14.912/2012 (Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PEPDDH/PE)

Resolução 53/144 da ONU – Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos

Relatórios da Global Witness e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)



EXPEDIENTE:

Esta cartilha é um material informativo do projeto "**Conceição das Crioulas: regularização fundiária e salvaguarda socioambiental**", patrocinado pelo **Apoio: Fundo Casa Socioambiental, por meio da Chamada Transição Energética Justa: fortalecendo e aplicando salvaguardas sociais e ambientais.**

A cartilha foi construída de forma coletiva para informar e fortalecer a luta das comunidades tradicionais por seus direitos, seus territórios e seus modos de vida.

Conheça mais sobre as organizações

📷 @aqcc_ofic

📷 @redeliberdade_org

📷 @fundocasasocioambiental

📷 @latinocentrica

Realização:

Associação Crioulas em Resistência
Rede Liberdade

Apoio:

Fundo Casa Socioambiental

Texto e conteúdo:

Rede Liberdade
Latinocêntrica Consultoria

Projeto gráfico e design:

Oyá Design



**ASSOCIAÇÃO CRIOULAS EM
RESISTÊNCIA - CRIOULAS**